

CONHECIMENTOS BÁSICOS - LÍNGUA PORTUGUESA

01 Quando me pedem para indicar o ponto mais importante dos últimos 20 anos do trânsito do Brasil, costumo dizer que
02 foi o despertar da sociedade brasileira para o tema da violência das nossas ruas e estradas. Isso é essencial para a tomada de
03 posição sobre a gravidade do problema no país. Da mesma forma, é o ponto de partida para esboçar uma reação para alterar
04 esse panorama.

05 Quando comecei a me envolver com esse tema, a partir de 1986, percebi facilmente a distância existente entre o
06 trânsito e a sociedade brasileira. Na época, o trânsito era assunto para bem poucos. Por isso mesmo, não fazia parte do debate
07 cotidiano. As pessoas, principalmente as mais humildes, acreditavam que acidente de trânsito era “vontade de Deus, coisa do
08 destino”. Os governos não o tinham como prioridade, assim como o setor privado, embora pagasse parte substancial da conta.
09 Os meios de comunicação não o discutiam, até porque ele não fazia parte da agenda nacional. Por isso, é fácil entender minha
10 indicação do despertar da sociedade como o destaque do período.

11 É importante destacar que, mesmo hoje, nem o trânsito nem a segurança no trânsito fazem parte das prioridades
12 nacionais, contudo, pelo menos atualmente, já estão inseridos na agenda do país. Pode parecer pouco, mas já é motivo de
13 comemoração.

14 Levar uma sociedade inteira a se conscientizar da importância do trânsito e provocá-la para reagir por resultados é um
15 processo lento e penoso em razão das dificuldades principalmente comportamentais do cidadão brasileiro, e, neste caso, não
16 falo apenas da gente mais simples. Nossa cultura, nossos valores (sub)desenvolvidos ao longo desses mais de 500 anos de Nação
17 são obstáculos consideráveis a serem transpostos e que só o serão se houver avanços paulatinos de setores da sociedade que
18 aos poucos se conscientizem e assumam posições mais concretas.

19 Nesse ponto, torna-se essencial o papel das lideranças – todas – do país. Líderes políticos, empresariais, religiosos,
20 militares, comunitários, todos podem desempenhar funções de grande importância para diminuir o caos do trânsito.

21 É essencial observar que insistir com ênfase para questões de trânsito não significa ativismo ou fanatismo. É bom
22 lembrar que o país vive ótimos anos de desenvolvimento econômico, de crescimento social e, portanto, tem a grande
23 oportunidade de melhorar a autoestima brasileira numa área – trânsito – que funciona como o cartão de visita de uma cidade ou
24 de um país.

Adaptado de CORRÊA, J. P. (In https://pvst.com.br/wp-content/uploads/2020/09/20_ANOS_DE_LICOES_DE_TRANSITO-NO-BRASIL.pdf). Acesso em 05 set 2023.

01. Quanto às características do texto em análise, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) Observam-se, de modo preponderante, marcas do texto em que se discorre sobre um assunto.
- (B) Em grande parte desse texto, há características relativas à descrição de situações e comportamentos reais.
- (C) Prevaecem as marcas do texto injuntivo, no qual se veem somente prescrições para se atingirem certos objetos.
- (D) Nesse texto, apresentam-se, predominantemente, os traços de uma narrativa.

02. Entre as alternativas abaixo, qual **NÃO** representa um obstáculo para o processo de conscientização da sociedade brasileira para a relevância das questões referentes ao trânsito?

- (A) A lentidão e a dificuldade impostas pelo modo de agir do povo brasileiro.
- (B) A inexistência da segurança no trânsito entre as prioridades em nível nacional.
- (C) O comportamento dos brasileiros independentemente da classe socioeconômica. Os valores e a cultura brasileiros desde o descobrimento deste país.
- (D) Os valores e a cultura brasileiros desde o descobrimento deste país.

03. No texto em discussão, observam-se palavras que apresentam metáfora, ou seja, a alternância do timbre da vogal tônica na flexão nominal de gênero ou de número e na flexão verbal. Tais palavras predominam no:

- (A) segundo parágrafo.
- (B) terceiro parágrafo.
- (C) quarto parágrafo.
- (D) primeiro parágrafo.

04. Entre as afirmações seguintes, assinale aquela cujo teor está em **DESACORDO** com as regras ortográficas impostas pelo AOLP 1990.

- (A) A palavra “**autoestima**” (l. 23) pode ser grafada sem hífen ou com hífen.
- (B) O vocábulo “**violência**” (l. 02) é acentuada graficamente por ser proparoxítono.
- (C) A forma adjetival “**(sub)desenvolvidos**” (l. 16) deve ser escrita assim: *subdesenvolvidos*.
- (D) O substantivo “**forma**” (l. 03) não pode receber acento gráfico.

05. Em conformidade com o autor do texto, no início, “**a partir de 1986**” (l. 05), o trânsito era considerado:

- (A) a melhor alternativa para se priorizar o trânsito como uma questão socioeconômica.
- (B) um tema que já atraía a atenção de boa parte da sociedade brasileira.
- (C) uma das preocupações mais debatidas no dia a dia dos brasileiros.
- (D) um assunto negligenciado pelos governos, pelo setor privado e pelos meios de comunicação.

06. Nas linhas 07 e 08, empregaram-se as aspas, a fim de:

- (A) destacar, ironicamente, uma palavra ou um vocábulo.
- (B) indicar a significação de uma frase, em geral de língua estrangeira.
- (C) distinguir a fala de outrem do restante do contexto, no início e no fim dela.
- (D) marcar, nos diálogos, a mudança de interlocutor.

07. Com base nas regras de flexões nominal e verbal e no aspecto semântico, ao se colocar corretamente o seguinte excerto no plural “**Quando comecei a me envolver com esse tema**” (l. 05), tem-se qual oração?

- (A) *Quando começaram a se envolver com esses temas.*
- (B) *Quando comeceste a te envolver com esse tema.*
- (C) *Quando comecei a nos envolver com esse tema.*
- (D) *Quando começamos a nos envolver com esses temas.*

08. Nesta oração “**Líderes políticos, empresariais, religiosos, militares, comunitários, todos podem desempenhar funções de grande importância**” (l. 19 e 20), com relação à sintaxe de concordância, o verbo poder concorda com:

- (A) o núcleo do sujeito “**líderes**” e “**religiosos**”.
- (B) o aposto resumitivo ou recapitulativo “**todos**”.
- (C) os elementos “**líderes políticos**” e “**comunitários**”.
- (D) os termos “**políticos**” e “**militares**”.

09. Considerando a regência dos verbos constantes do primeiro parágrafo (da l. 01 à l. 04), é **CORRETO** assegurar que:

- (A) os verbos “**indicar**” e “**despertar**” apresentam a mesma transitividade.
- (B) a predicação verbal prevaiente é a transitividade indireta.
- (C) há mais verbos transitivos diretos, como “**alterar**”.
- (D) inexistente emprego vicioso de verbo, que contraria o que preconizam os gramáticos.

10. Assinale a alternativa em que há um **ERRO** de regência nominal.

- (A) “**É essencial observar que insistir com ênfase para questões de trânsito não significa ativismo ou fanatismo.**”
- (B) “**Por isso, é fácil entender minha indicação do despertar da sociedade como o destaque do período.**”
- (C) “**Isso é essencial para a tomada de posição sobre a gravidade do problema no país.**”
- (D) “**Quando [...], a partir de 1986, percebi facilmente a distância existente entre o trânsito e a sociedade brasileira.**”

CONHECIMENTOS BÁSICOS - RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Ana escreveu alguns números inteiros em uma lousa. Bruno afirmou que todos os números que ela escreveu são ímpares. Carlos afirmou que todos são pares. Daniel afirmou que Ana escreveu o número 27 na lousa. E Eduardo afirmou que Ana escreveu um total de 20 números na lousa. Dentre Bruno, Carlos, Daniel e Eduardo, é possível que, no máximo, quantos deles estejam corretos simultaneamente?

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 1.

12. Qual a **NEGAÇÃO** lógica da proposição: “Existe um cavalo que sabe somar”?

- (A) Existe um cavalo que sabe subtrair.
- (B) Não existem cavalos.
- (C) Todo cavalo não sabe somar.
- (D) Existe um cavalo que não sabe somar.

13. Sejam P , Q e R proposições lógicas em que P é verdadeira, Q é falsa e R é falsa. De acordo com a lógica proposicional, qual das seguintes alternativas traz uma proposição composta verdadeira?

- (A) $Q \rightarrow P$.
- (B) $(P \vee Q) \rightarrow Q$.
- (C) $(P \vee R) \rightarrow Q$.
- (D) $P \rightarrow Q$.

14. Todo amigo de um amigo meu é também meu amigo. Eu, Francisco, sou amigo de Antônio. Antônio é amigo de Bruno. Bruno é amigo de Carlos. Carlos é amigo de Daniel. Daniel é amigo de Eduardo. E Eduardo é meu amigo. Quantos amigos eu tenho no grupo de pessoas citadas, diferentes de mim mesmo?

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 2.

15. Observe a seguinte tabela verdade, onde V representa verdadeiro e F representa falso.

P	Q	???
V	V	V
V	F	V
F	V	F
F	F	V

Qual das seguintes fórmulas que relaciona P e Q está sendo representada na terceira coluna?

- (A) P e Q .
- (B) $(\text{não } Q)$ ou P .
- (C) $(\text{não } Q)$ e P .
- (D) P ou Q .

16. Hoje uma árvore possui 2,5 metros de altura. A cada semana ela cresce 0,1 metro. Sempre que ela alcança 3,0 metros de altura, o jardineiro a corta imediatamente, deixando-a com exatamente metade do tamanho que estava naquele momento. Após 55 semanas, quantas vezes a árvore já foi cortada?

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 2.

17. Foi organizado um campeonato de certo jogo de cartas no qual estavam competindo N pessoas. O campeonato foi realizado ao longo de D dias consecutivos de modo que em cada dia estavam presentes exatamente 6 dos competidores. Além disso, sabe-se que cada competidor esteve presente em exatamente 2 dias. Qual das seguintes alternativas indica a relação correta entre N e D ?

- (A) $N = 3D$.
- (B) $D = 2N$.
- (C) $D = 3N$.
- (D) $N = 2D$.

18. Uma empresa possui 50 funcionários, dentre os quais exatamente 30 possuem carteira de habilitação para dirigir caminhões (categoria C), exatamente 37 estão habilitadas para dirigir carros de passeio (categoria B), exatamente 12 estão habilitados para dirigir motos (categoria A) e exatamente 5 não possuem habilitação. Sabemos que todos que estão habilitados na categoria C também estão habilitados na categoria B. Podemos garantir, com certeza, que exatamente 4 dos funcionários habilitados na categoria A:

- (A) também são habilitados na categoria C.
- (B) não são habilitados na categoria B.
- (C) não são habilitados na categoria C.
- (D) também são habilitados na categoria B.

19. Maria ou vai à praia ou toma café, mas não ambos. Ela vai à praia só quando não está com sono. E sempre que toma café, ela lava a louça. Podemos concluir que obrigatoriamente:

- (A) se Maria está com sono, ela vai à praia.
- (B) se Maria lava a louça, ela não toma café.
- (C) se Maria lava a louça, ela não vai à praia.
- (D) se Maria está com sono, ela lava a louça.

20. Tic, Tac e Toc são, em alguma ordem, os nomes dos animais de estimação de Maria, Lucas e Enzo. Cada pessoa possui exatamente um animal, sendo eles um gato, um cachorro e um papagaio. Tac teve uma fratura na pata e foi levado ao veterinário. Maria não tem um papagaio. Enzo tem um cachorro. Os animais de Lucas e Enzo nunca foram levados ao veterinário. Toc tem asas. Qual o animal de Enzo?

- (A) O papagaio.
- (B) Tic.
- (C) Tac.
- (D) O gato.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - INFORMÁTICA

- 21.** Para que um determinado site seja incluído nos resultados de uma pesquisa, é feito um processo de rastreamento e armazenamento de informações pelo mecanismo de busca. Este processo é conhecido como:
- (A) Anexação.
 - (B) Ordenação.
 - (C) Bloqueio.
 - (D) Indexação.
- 22.** Manter softwares e sistemas operacionais atualizados são medidas de segurança, pois:
- (A) deixam o sistema graficamente mais complexo.
 - (B) impedem completamente a execução de código malicioso, tornando completamente desnecessárias outras medidas, como a utilização de firewalls e antivírus.
 - (C) ajudam a manter um sistema seguro e protegido, corrigindo falhas de segurança conhecidas.
 - (D) permitem o acesso remoto sem a utilização de senhas ou tokens.
- 23.** A relação da sociedade com a difusão de notícias tem se transformado através da utilização da internet e suas redes sociais. São exemplos de redes sociais bastante utilizadas nos dias atuais para, dentre outros assuntos, a difusão de notícias:
- (A) AdSense e Koopa.
 - (B) Twitter e Instagram.
 - (C) Kazaa e Kwai.
 - (D) Newsletter e Newsmail.
- 24.** Um software ou dispositivo que protege uma rede, controlando o tráfego de entrada e saída de dados pela rede e aplicando políticas de segurança, é conhecido como:
- (A) Sniffer.
 - (B) Firewall.
 - (C) Antispam.
 - (D) Criptografia de ponta a ponta.
- 25.** Um exemplo de uso de uma VPN (Virtual Private Network) é a utilização de uma rede de comunicações pública (como a internet), para trocar informações, de forma segura, entre dois dispositivos geograficamente distantes. Utilizar uma VPN neste caso visa, dentre outros motivos:
- (A) aumentar a privacidade e a segurança da comunicação.
 - (B) aumentar a velocidade de conexão, independente do plano contratado com o provedor de internet.
 - (C) reduzir a latência, especialmente em jogos online, que requerem alta largura de banda.
 - (D) controlar a velocidade, de modo que o receptor não seja inundado com uma quantidade maior de mensagens do que pode processar.
- 26.** Ao realizar o download de um arquivo através de um navegador web, utilizando o protocolo HTTPS, é possível afirmar que:
- (A) os dados transferidos não estão sendo criptografados, exceto se o usuário escolher esta opção especificamente antes de iniciar o download, independente do servidor fornecer ou não suporte a HTTPS.
 - (B) os dados transferidos estão sendo criptografados e para abrir o arquivo, após a conclusão, sempre será necessária uma senha para descriptografar o arquivo baixado.
 - (C) os dados transferidos estão sendo criptografados durante a transmissão, impedindo a visualização do arquivo, caso os dados sejam interceptados no meio do caminho.
 - (D) os dados transferidos não estão sendo criptografados, sendo a utilização do HTTPS não recomendada por questões de segurança.
- 27.** O protocolo da internet responsável pelo intercâmbio distribuído e colaborativo de informações em sistemas baseados em hipertextos tem como acrônimo:
- (A) FTP.
 - (B) HTTP.
 - (C) SMTP.
 - (D) HTML.
- 28.** Os sistemas de pagamento por aproximação utilizados em dispositivos móveis tanto iOS (Apple Pay) quanto Android (Google Pay) são baseados em uma tecnologia de ondas de rádio de curta distância chamada:
- (A) Paypal.
 - (B) IEEE 802.11.
 - (C) Bluetooth 3.0.
 - (D) NFC.
- 29.** O sistema operacional Android, para smartphones, é atualmente um dos mais difundidos em todo o mundo, empregado por muitas das mais populares marcas de dispositivos móveis. Neste sistema operacional, em sua configuração padrão, a forma mais rápida de exibir o painel de notificações, onde também é possível habilitar e desabilitar o Wi-Fi e o Bluetooth é deslizar o dedo:
- (A) da margem esquerda da tela para a direita.
 - (B) da margem direita da tela para a esquerda.
 - (C) da margem inferior da tela para cima.
 - (D) da margem superior da tela para baixo.
- 30.** Na Computação em Nuvem, o conceito relacionado à capacidade de um provedor de serviços de computação em nuvem de, através de ferramentas de monitoramento, ser capaz de se adaptar às demandas dinâmicas dos serviços de seus clientes de modo a alocar mais recursos em períodos de pico sem a necessidade de planejamento ou dimensionamento prévio é chamado:
- (A) Elasticidade.
 - (B) Balanceamento de Carga.
 - (C) Paralelismo.
 - (D) Manutenibilidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) Direito Administrativo pode ser conceituado como o conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem apenas as relações jurídicas entre as pessoas e os órgãos do Estado.
- (B) O Estado é composto de Poderes, a cada um cabendo apenas a função típica, de modo que ao Legislativo foi designada somente a função legiferante; ao Executivo, somente a função administrativa; e ao Judiciário somente a função jurisdicional.
- (C) Em razão da descentralização política, as entidades federativas terão, por via de consequência, as suas próprias Administrações, ou seja, sua própria organização e seus próprios serviços.
- (D) Se, no sentido objetivo, a Administração Pública consiste na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes; no sentido subjetivo, ela se identifica com qualquer dos Poderes estruturais do Estado, a exemplo do Poder Executivo.

32. Acerca dos órgãos públicos, marque a opção verdadeira.

- (A) O órgão público pode ser conceituado como o compartimento na estrutura estatal a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado.
- (B) Considerando-se a capacidade processual como a premissa de que toda pessoa que se acha no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, é de se concluir que os órgãos públicos podem figurar em qualquer dos polos de uma relação processual.
- (C) Um dos critérios de classificação dos órgãos públicos é quanto à situação estrutural, de modo que podem eles ser taxados de órgãos de representação unitária ou de representação plúrima.
- (D) Em função de reserva legal, a criação, estruturação e extinção de órgãos públicos só pode ocorrer através de lei.

33. Aponte a opção correta.

- (A) Durante o prazo previsto no edital de convocação, prorrogável uma única vez, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- (B) Levando-se em conta que, na remoção, o servidor é apenas deslocado no âmbito do mesmo quadro e que, na redistribuição, o deslocamento é efetuado para quadro diverso, pode-se afirmar que não se tratam de formas de provimento derivado.
- (C) Considerando-se a vacância como um fato administrativo-funcional que indica que determinado cargo ou emprego público está sem titular, pode-se citar como exemplos do referido instituto a demissão, exoneração, promoção, o afastamento, a readaptação e a transferência.
- (D) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei.

34. Indique o item certo.

- (A) Agentes políticos são aqueles incumbidos da execução das diretrizes traçadas pelo Poder Público, a eles cabendo desenhar os destinos fundamentais do Estado e criar estratégias políticas por eles consideradas necessárias e convenientes para que o Estado atinja os seus fins.
- (B) Agentes particulares colaboradores são aqueles que executam certas funções especiais que podem se qualificar como públicas (sempre como resultado do vínculo jurídico que os prende ao Estado) e que, em alguns casos, exercem verdadeiro múnus público, sujeitando-se, assim, a certos encargos em favor da coletividade e caracterizando-se como permanentes as suas funções.
- (C) Agentes de fato são aqueles que, mesmo sem ter uma investidura normal e regular, executam uma função pública em nome do Estado, como os agentes putativos, os quais desempenham uma atividade pública na presunção de que há legitimidade e que, portanto, não precisa ser convalidada externamente, perante terceiros.
- (D) Significando o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado, a expressão agentes públicos tem sentido amplo e permite inferir que essa função, necessariamente remunerada, pode ser definitiva ou transitória, política ou jurídica.

35. Marque a opção **ERRADA**.

- (A) Pela reserva do possível, em razão da costumeira escassez de recursos financeiros, somente diante dos concretos elementos a serem sopesados no momento de cumprir determinados empreendimentos é que o administrador poderá concluir no sentido da possibilidade de fazê-los.
- (B) No caso de omissão específica, considerada aquela que estiver ocorrendo mesmo diante de expressa imposição legal no sentido de atuação do administrador público, exige-se a previsão normativa de prazo determinado para a prática de determinada conduta, ou, quando não existir prazo definido, é necessária a inércia da Administração Pública por período superior ao aceitável dentro de padrões normais de tolerância ou razoabilidade.
- (C) A omissão da Administração Pública pode ser objeto de reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), quando houver contrariedade, negativa de vigência ou aplicação indevida de enunciado de súmula do STF.
- (D) A omissão do administrador, por si só, não caracteriza ilegalidade, caso em que se enquadra a omissão genérica, em relação à qual cabe ao administrador avaliar a oportunidade própria para adotar a providência positiva.

36. Indique a resposta correta.

- (A) Agindo com abuso de poder, o administrador submete sua conduta à revisão, ficando esta limitada à própria esfera administrativa, haja vista que ao Poder Judiciário não compete fazer juízo de valor acerca do mérito administrativo.
- (B) Almejando o combate eficaz ao abuso de poder, a utilização do instrumento do controle deu ensejo à criação, por exemplo, do Conselho Nacional de Justiça, ao qual cabe apenas a análise de reclamações, carecendo de competência para a imposição de penas.
- (C) Entende a doutrina majoritária que a ilegalidade é gênero do qual o abuso de poder é espécie, daí se podendo concluir que nem toda ilegalidade decorre de conduta abusiva, mas que todo abuso se reveste de ilegalidade.
- (D) Excesso de poder é a forma de abuso própria da atuação do agente público fora dos limites de sua competência administrativa, sendo tal vício também denominado de desvio de finalidade.

37. Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) O poder regulamentar, cuja base é permitir à Administração Pública a criação de mecanismos de complementação das leis indispensáveis à sua efetiva aplicabilidade, tem sua formalização processada por decretos e regulamentos, por força de expressa determinação constitucional destinada ao Chefe do Poder Executivo, razão pela qual os atos dele decorrentes são considerados de natureza derivada.
- (B) No âmbito do poder hierárquico, diz-se da avocação a prerrogativa que o chefe superior tem para substituir-se ao subalterno, chamando a si (ou avocando) as questões afetas a este, inclusive quando a lei só lhe permita intervir nelas após a decisão dada pelo subalterno.
- (C) Poder de polícia significa a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente, dentre outros, à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes e à disciplina da produção e do mercado, revelando como exemplo a exigência de pagamento de taxa, tarifa e preço público.
- (D) Situando-se o poder discricionário no campo da prerrogativa de valoração quanto à conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração Pública, pode-se dizer que um dos fatores exigidos para a legalidade do seu exercício consiste na adequação da conduta escolhida pelo agente à finalidade que a lei expressa, limitando-se ao momento da sua prática, sem alcançar eventual revogação.

38. Aponte a opção **INCORRETA**.

- (A) Uma vez tendo sido o servidor condenado na esfera criminal e considerada a independência das instâncias, nenhuma influência haverá na esfera administrativa, salvo no caso de imputação de pena privativa de liberdade, independentemente do tempo da pena.
- (B) Em sede de controle jurisdicional, ao juiz só é lícito examinar o aspecto de legalidade, não podendo ter ingerência nos critérios de conveniência, oportunidade ou justiça dos atos punitivos.
- (C) Em caso de decisão penal absolutória, somente não haverá repercussão na esfera administrativa em razão da inexistência do fato atribuído ao servidor, da exclusão expressa do servidor da condição de autor do fato, da insuficiência de prova e da prova não suficiente para a condenação.
- (D) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

39. No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) Pelo fato de o Brasil adotar uma Constituição prolixa, são reconhecidos como direitos fundamentais apenas aqueles expressamente constantes do Texto Constitucional.
- (B) Por força da soberania, o Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional (TPI).
- (C) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- (D) Para a incorporação ao direito brasileiro de um tratado internacional de direitos humanos, é bastante que ele seja aprovado nas duas casas do Congresso Nacional.

40. A Constituição Federal de 1988 foi vanguardista na adoção de direitos fundamentais sociais. Assinale o item consagrado expressamente como direito fundamental social pela ordem jurídico-constitucional de 1988.

- (A) Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- (B) Razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (C) Acesso à água potável e ao saneamento básico.
- (D) Proteção à maternidade e à infância.

41. Assinale a opção correta em relação aos direitos e às garantias fundamentais.

- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente de dano.
- (B) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (C) A lei penal, a tributária e a administrativa não retroagirão, salvo para beneficiar o cidadão.
- (D) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de inquérito civil, ação civil pública, investigação criminal ou instrução processual penal.

42. De acordo com o Texto Constitucional de 1988, assinale o quesito **INCORRETO** em relação à organização político-administrativa.

- (A) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (B) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os Territórios Federais e os Territórios Estaduais, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- (C) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- (D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

43. De acordo com o entendimento firmado pela orientação jurisprudencial do STF, assinale o item correto em relação aos servidores públicos.

- (A) A transposição de servidores de um cargo para outro, por concurso interno, é constitucional.
- (B) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- (C) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- (D) Por lei ou ato administrativo, pode-se sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

44. Conforme expresso pela Constituição Federal de 1988, acerca da cidadania nos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (B) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) A lei e os atos administrativos poderão restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- (D) São isentas parcialmente de emolumentos as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

45. À luz da CF/88, assinale a opção correta em relação aos direitos e às garantias fundamentais.

- (A) Nenhum estrangeiro ou apátrida será extraditado, em caso de crime comum, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (B) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, havendo ou não condenação em segunda instância.
- (C) Não será concedida extradição de brasileiro naturalizado e estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (D) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

46. À luz da orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item correto, a respeito de direitos fundamentais e normas constitucionais da Administração Pública.

- (A) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela constituição estadual.
- (B) É competente o Estado para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial em Município.
- (C) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- (D) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

47. Antônio, agente de trânsito recém-concursado da AMC em Fortaleza, recebeu da autarquia um notebook funcional da marca LEVELHO, tendo assinado o livro de carga referente ao objeto e assumido o compromisso de guardar fielmente e zelar pela integridade do bem da administração municipal. Durante o final de semana, Antônio vai até uma barraca na Praia do Futuro e leva o computador na mochila, uma vez que tinha o costume de utilizar o aparelho em suas atividades pessoais. Durante o banho de mar, Fernando Glauco deixa a mochila com o notebook abaixo da cadeira, onde colocou seus demais pertences. Após se ausentar por cerca de 15 minutos, retorna para a mesa e constata que o notebook fora furtado. Transtornado, procura a administração do local, a qual, após analisar as câmeras de segurança, não consegue identificar quem teria subtraído a mochila com o computador e os demais pertences pessoais. Diante dos fatos, a AMC instaura procedimento administrativo funcional e, em ato contínuo, encaminha pedido de instauração de Inquérito na Polícia Civil do Estado do Ceará, que culmina no oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público Estadual pela prática do crime de peculato culposo. Antônio procura a AMC e se oferece para pagar o valor referente ao notebook, o que é aceito, sendo certo que o ressarcimento ao erário municipal se deu antes do julgamento da ação penal.

Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que Antônio:

- (A) arcará com a pena de peculato culposo independentemente do ressarcimento.
- (B) fará jus à extinção da punibilidade pelo fato de o ressarcimento ter sido feito antes da sentença irrecorrível.
- (C) terá direito à redução de metade da pena.
- (D) não fará jus à atenuante referente à reparação do dano.

48. Maria, agente de trânsito com desempenho funcional sofrível e caráter duvidoso, em procedimento de rotina, exige de motorista embriagado a vantagem indevida de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para **NÃO** o multar. Qual o crime praticado por Maria?

- (A) Excesso de exação.
- (B) Corrupção passiva.
- (C) Corrupção ativa.
- (D) Concussão.

49. José, fiscal de tributos municipal, exige do contribuinte um tributo que sabe ou deveria saber indevido. Qual o crime praticado por José?

- (A) Facilitação de contrabando ou descaminho.
- (B) Prevaricação.
- (C) Excesso de exação.
- (D) Corrupção passiva.

50. João, advogado criminalista, atuando em causa própria, propôs uma ação penal privada contra Lígia e Pollyana por crime de dano (impossibilidade de qualquer medida penal consensual), isto porque as quereladas, dolosamente, quebraram o retrovisor de seu automóvel BMW. Finda a instrução criminal, restaram comprovadas autoria e materialidade, até mesmo porque, além da prova testemunhal confirmar a imputação contida na queixa-crime, as acusadas confessaram a prática delitiva. Em alegações finais orais, o advogado João, sem se referir à inicial acusatória, finalizou a sua sustentação aos brados e lágrimas apenas pedindo que “fosse feita a mais lúdima JUSTIÇA!”

Aponte o quesito que contempla a solução adotada pelo Código de Processo Penal da tese a ser alegada pelo advogado das quereladas como prejudicial de mérito à extinção da punibilidade.

- (A) A decisão que julgar extinta a punibilidade impede a propositura de ação civil.
- (B) A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime impede a propositura de ação civil.
- (C) Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros, legatários e procuradores.
- (D) Pela perempção, porque o advogado João, aos brados e lágrimas, somente pediu em alegações finais que “fosse feita a mais lúdima JUSTIÇA!”, deixando de ratificar a pretensão de que as quereladas fossem condenadas, sequer tendo renovado o pedido de condenação apresentado na queixa-crime.

51. Nos termos do Direito Processual Penal, dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva:

- (A) violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- (B) violência contra altos ocupantes de cargos e funções públicas.
- (C) violência contra agentes políticos.
- (D) violência doméstica e familiar contra mulher ou pessoa transexual.

52. Conforme as alterações normativas promovidas no Código de Processo Penal, marque o quesito que **NÃO** se constitui em etapa da cadeia de custódia:

- (A) isolamento.
- (B) decantação.
- (C) fixação.
- (D) reconhecimento.

53. Conforme normatizado pelo Código Penal, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir **NÃO** incumbe a quem:

- (A) para o agente que cria um embaraço para a prática do ato delitivo.
- (B) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- (C) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.
- (D) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

54. Com base na doutrina e na jurisprudência, o crime preterdoloso ou preterintencional:

- (A) caracteriza-se pela intencionalidade delitiva.
- (B) é qualificado pelo resultado em que o tipo da base é doloso e o resultado qualificador é culposos.
- (C) é qualificado pelo resultado em que o tipo da base é culposos e o resultado qualificador é doloso.
- (D) é praticado com negligência, imprudência ou imperícia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NOÇÕES ÉTICA

55. Com relação aos objetivos do Código de Ética, Conduta e Integridade do Município de Fortaleza, assinale a alternativa que apresenta a informação correta.

- (A) Aperfeiçoar o relacionamento com os cidadãos e o respeito ao patrimônio público.
- (B) Assegurar a clareza das normas de conduta, de modo que a sociedade possa exercer sobre elas o controle fiscal inerente ao regime democrático.
- (C) Amparar a Procuradoria-Geral do Município e as comissões de sindicância setoriais na apuração das condutas em desacordo com as normas de ética, conduta e integridade funcionais.
- (D) Reforçar um ambiente de trabalho ético que estimule o respeito mútuo entre os agentes públicos e a manutenção da regularidade das atividades de gestão.

56. Aponte a opção que apresenta uma das finalidades das normas fundamentais de conduta ética da Alta Administração Municipal.

- (A) Estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e limitações às atividades profissionais posteriores ao exercício de cargo público.
- (B) Reduzir a possibilidade de conflito entre o interesse privado e o dever ético das autoridades públicas da Administração Pública Municipal.
- (C) Criar mecanismos de consulta destinados a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética das autoridades de nível hierárquico superior.
- (D) Contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública Municipal, a partir do exemplo dado pelos agentes públicos do respectivo ente federativo.

57. Indique o item correto.

- (A) As autoridades regidas pelo Código de Ética, Conduta e Integridade do Município de Fortaleza, ao assumirem cargo público, deverão firmar termo de compromisso de que, ao dele afastar-se, nos 12 (doze) meses seguintes, não poderão atuar em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, em processo ou negócio do qual tenham participado, em razão do cargo, nos 12 (doze) meses anteriores ao término do exercício do cargo público.
- (B) Relacionamentos de ordem profissional que possam ser interpretados como favorecimento, mesmo que apenas aparentemente conflito de interesses, devem ser evitados, sendo facultativa, nesses casos, a consulta à respectiva Comissão de Ética.
- (C) Os agentes públicos, incluídos os da Alta Administração, poderão prevenir a ocorrência de conflito de interesses mediante o encerramento da atividade externa, enquanto perdurar a situação passível de suscitar conflito de interesses, ou o licenciamento do cargo público ou da função pública, pelo período de 6 (seis) meses, a contar da constatação do referido conflito.
- (D) Considera-se conflito de interesses qualquer oportunidade de ganhos que possam ser obtidos por meio ou em consequência das atividades desempenhadas pelo agente público em seu cargo, emprego ou função, em benefício de parente até o segundo grau civil.

58. Marque a opção verdadeira.

- (A) Considera-se negligente aquele que deixa de tomar uma atitude ou de apresentar uma conduta que era esperada para a situação, que age com descuido, indiferença ou desatenção, não adotando as devidas precauções.
- (B) Considera-se prevaricação o ato praticado por funcionário público contra a Administração que consiste em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal ou de terceiros.
- (C) A desídia significa a ociosidade, a indolência, a preguiça e o desleixo, constituindo-se como falta de diligência do agente público em relação à execução dos serviços que são afetos ao órgão ou à entidade.
- (D) O agente público deverá ficar atento às ordens legais de seus superiores, atendendo-as, evitando, assim, conduta negligente e imprudente ou desídia.

59. Com relação às vedações impostas ao agente público pelo Código de Ética, Conduta e Integridade do Município de Fortaleza, indique a resposta correta.

- (A) Aceitar presentes, benefícios ou vantagens de terceiros, inclusive brindes que não tenham valor comercial.
- (B) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes até segundo grau, de amigos ou de terceiros.
- (C) Praticar assédio moral, utilizando-se de palavras, gestos ou atitudes que submetam outros servidores repetidamente a situações de constrangimento e humilhação, independentemente da existência de relação hierárquica.
- (D) Permitir que perseguições ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público ou com agentes públicos hierarquicamente inferiores.

60. Marque a opção correta.

- (A) A Comissão de Ética deverá ser integrada por 3 (três) servidores públicos, sendo, pelo menos, 1 (um) ocupante de cargo efetivo, lotado no órgão ou na entidade indicado pelo dirigente máximo, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, ao final do qual deverá ser designada nova composição.
- (B) A atividade exercida pelo membro da Comissão de Ética tem preferência sobre outras que o servidor designado porventura acumule, e, apesar de ser considerada serviço público relevante, não é passível de remuneração.
- (C) A indicação dos membros da Comissão de Ética deverá ser pautada em critérios de qualificação e antiguidade do agente público.
- (D) Cabe à Comissão de Ética instaurar, mediante provocação da autoridade administrativa, processo e sindicância sobre fato ou ato lesivo de princípio ou regra de ética pública e, ainda, conhecer de consultas, denúncias ou representações contra agente público.

61. Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) As infrações às normas dispostas no Código de Ética, Conduta e Integridade do Município de Fortaleza, quando cometidas por colaboradores de vínculo terceirizado que prestam serviço para a Administração Pública Municipal, deverão ser comunicadas pela área de Gestão de Pessoas competente à empresa prestadora de serviços para que possam ser tomadas as medidas cabíveis.
- (B) Fica facultado ao faltoso elaborar pedido de reconsideração à sanção ética estabelecida pela Comissão, salvo no caso de agente público em local incerto e não sabido, oportunidade em que a decisão da Comissão será revista de ofício.
- (C) Estão também sujeitos ao Código de Ética, Conduta e Integridade da Administração Pública Municipal todos aqueles que exerçam atividade, com remuneração e ainda que transitoriamente, por nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo em órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Município.
- (D) Advertência ética, aplicável às autoridades e aos agentes públicos no exercício do cargo, deverá ser considerada apenas quando da progressão ou da promoção desses, caso o infrator ocupe cargo em quadro de carreira no serviço público municipal.

62. Assinale a assertiva verdadeira.

- (A) A ética profissional traduz-se inicialmente em uma reflexão introspectiva, haja vista que, neste raciocínio ético-profissional, o senso autocrítico do agente relaciona-se com o acervo oriundo de sua vida pessoal, com historicidade e escala de valores.
- (B) A democratização da sociedade e de suas relações interpessoais favorece o estabelecimento de uma profissão exclusivamente privada, com preceitos éticos próprios, exatamente porque os parâmetros deste proceder decorrem da intervenção da respectiva associação profissional.
- (C) Os agentes profissionais, consciente ou inconscientemente, vão forjando paulatinamente uma escala de valores profissionais que os relacionam com o ideal da profissão, com o sentimento de respeito aos seus clientes e com os seus sentimentos de felicidade diante da vida em decorrência da profissão que exercem.
- (D) A ética individual e a ética profissional são imiscíveis, uma não exercendo interferência sobre a outra, de modo que a filosofia de vida pessoal do agente não influi decisivamente no seu comportamento como profissional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

63. Os veículos produzidos ou importados no Brasil, desde 1º de janeiro de 1999, para obterem registro e licenciamento, além da gravação no chassi ou monobloco, precisam ser identificados, no mínimo, com os caracteres VIS (número sequencial de produção), nos seguintes compartimentos e componentes:

I - na coluna da porta dianteira lateral esquerda.

II - no compartimento do motor.

III - em um dos para-brisas e em um dos vidros traseiros, quando existentes.

IV - em pelo menos dois vidros de cada lado do veículo, quando existentes, excetuados os quebra-ventos.

Marque a alternativa correta.

- (A) Apenas o item III é verdadeiro.
- (B) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
- (C) Apenas o item I é falso.
- (D) Os itens I e IV são falsos.

64. Durante uma viagem, o automóvel de João apresenta problemas mecânicos, obrigando-o a imobilizar seu veículo no leito viário. O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) estabeleceu através de resolução como deverá ser providenciada a imediata sinalização de advertência nesses casos. Marque a alternativa correta.

- (A) O condutor deverá acionar de imediato a luz de posição do veículo, providenciando a colocação do triângulo de sinalização à distância mínima de 20 metros da parte traseira do veículo.
- (B) O condutor deverá acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta), sinalizando a via com galhos, providenciando a imediata remoção do veículo através de serviço de reboque.
- (C) O condutor deverá acionar de imediato os faróis e lanternas do veículo, providenciando a colocação do triângulo de sinalização ou equipamento similar e a imediata remoção do veículo através de serviço de reboque.
- (D) O condutor deverá acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta), providenciando a colocação do triângulo de sinalização ou equipamento similar à distância mínima de 30 metros da parte traseira do veículo.

65. Os Agentes da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania de Fortaleza, ao realizarem uma fiscalização de trânsito, no dia 01 de agosto de 2023, abordaram um veículo registrado no município de São Paulo, de placas AAA 0A04. Após consulta ao sistema informatizado, verificou-se que constava, como último ano de taxa de licenciamento paga, a taxa referente ao ano de 2022, não constando o pagamento da taxa de licenciamento do ano de 2023. Levando em consideração que as autoridades, órgãos, instituições e agentes de fiscalização de trânsito e rodoviário em todo o território nacional, para efeito de autuação e aplicação de penalidades, quando o veículo se encontrar fora da unidade da federação em que estiver registrado, deverão adotar os prazos estabelecidos na Resolução nº 110, de 2000, do CONTRAN. Portanto, o prazo final para renovação do Licenciamento Anual desse veículo é até:

- (A) outubro.
- (B) novembro.
- (C) dezembro.
- (D) setembro.

66. No atendimento de um sinistro de trânsito, os Agentes do órgão municipal de trânsito verificaram que o condutor de um dos veículos envolvidos apresentava sinais de alteração da capacidade psicomotora, confirmada posteriormente por meio do teste de etilômetro, que registrou uma medição igual a 0,33 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,33 mg/L), descontado o erro máximo admissível.

Escreva V ou F, conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirmar nos itens abaixo.

() Foi caracterizado, no caso citado acima, o crime previsto no artigo 306, do CTB: Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência.

() Houve o cometimento da infração prevista no artigo 165, do CTB: Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência; no caso do condutor do veículo que se submeteu ao teste do etilômetro.

() As penas previstas no artigo 306, do CTB, são detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

() A infração do artigo 165 tem como penalidades a multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, F, V, V.
- (D) F, V, V, F.

67. Para o processo de habilitação, o candidato à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), após o devido cadastramento dos dados informativos no Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH), deverá realizar obrigatoriamente na seguinte ordem:

- (A) curso teórico-técnico, exame teórico-técnico, curso de prática de direção veicular, exame de prática de direção veicular, avaliação psicológica e exame de aptidão física e mental.
- (B) curso de prática de direção veicular, exame de prática de direção veicular, curso teórico-técnico, exame teórico-técnico, avaliação psicológica e exame de aptidão física e mental.
- (C) avaliação psicológica, exame de aptidão física e mental, curso teórico-técnico, exame teórico-técnico, curso de prática de direção veicular e exame de prática de direção veicular.
- (D) exame de aptidão física e mental, avaliação psicológica, curso teórico-técnico, exame teórico-técnico, curso de prática de direção veicular e exame de prática de direção veicular.

68. O transporte de criança com idade inferior a dez anos pode ser realizado no banco dianteiro do veículo, com o uso do dispositivo de retenção para o transporte de crianças, adequado ao seu peso e altura, nas seguintes situações:

- I. quando o veículo for dotado exclusivamente deste banco.
- II. quando a quantidade de crianças com esta idade exceder a lotação do banco traseiro.
- III. quando o veículo for dotado originalmente (fabricado) de cintos de segurança subabdominais (dois pontos) nos bancos traseiros.
- IV. quando a criança já tiver atingido 1,45m de altura.

Marque a alternativa correta.

- (A) Apenas o item III é verdadeiro.
- (B) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.
- (C) Apenas o item I é falso.
- (D) Os itens I e IV são falsos.

69. Para transitar em veículos automotores, as crianças com idade inferior a dez anos que não tenham atingido 1,45 m (um metro e quarenta e cinco centímetros) de altura devem ser transportados nos bancos traseiros usando individualmente cinto de segurança ou dispositivo de retenção equivalente. O dispositivo denominado “cadeirinha”, deve ser utilizado para as seguintes condições:

- (A) crianças com idade superior a quatro anos e inferior ou igual a sete anos e meio, ou crianças com até 1,45 m de altura e peso entre 15 e 36 kg.
- (B) crianças com idade superior a um ano e inferior ou igual a quatro anos, ou crianças com peso entre 9 e 18 kg.
- (C) crianças com idade superior a sete anos e meio e inferior ou igual a dez anos, ou crianças com altura superior a 1,45m.
- (D) crianças com até um ano de idade ou crianças com peso de até 13 kg.

70. O GNV (Gás Natural Veicular) é um combustível gasoso utilizado em veículos como alternativa aos combustíveis tradicionais. Sua utilização como combustível é permitida, para fins automotivos, **EXCETO** para:

- (A) caminhonetes.
- (B) motocasa.
- (C) quadriciclo.
- (D) triciclos.

71. Nenhum proprietário ou responsável poderá, sem prévia autorização da autoridade competente, fazer ou ordenar que sejam feitas no veículo modificações de suas características de fábrica. De acordo com a Resolução nº 916, de 2022, fica proibida a utilização de conjunto roda/pneu em veículo que:

- (A) seja de fabricantes diferentes do original.
- (B) ultrapasse os limites externos dos para-lamas do veículo.
- (C) não entrar em contato com qualquer elemento da carroceria no esterçamento.
- (D) o aumento do diâmetro externo do conjunto roda/pneu seja de $\pm 3\%$.

72. A bicicleta, transportada na parte externa do veículo, deverá estar devidamente acondicionada, amarrada e ancorada. Escreva V ou F, conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirmar nos itens abaixo.

(___) A bicicleta transportada sobre o teto, fixada em suporte apropriado pode se projetar além do veículo pela frente, não devendo exceder 60% do valor da distância entre os dois eixos do veículo.

(___) Deve ser transportada de modo que não oculte as luzes, incluídas as luzes de freio e os indicadores de direção e os dispositivos refletores; ressalvada, entretanto, a ocultação da lanterna de freio elevada.

(___) Na hipótese de a bicicleta ser transportada sobre o teto, em dispositivo móvel ou fixo, aplicado diretamente ao veículo, deverão ter altura máxima de cinquenta centímetros.

(___) Será obrigatório o uso de régua de sinalização e, respectivamente, de segunda placa traseira de identificação nos casos de o transporte da bicicleta resultar no encobrimento total ou parcial, quer seja da sinalização traseira do veículo, quer seja de sua placa traseira.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, V, V.

73. Para circulação nas vias públicas do território nacional, é obrigatório o uso de vidro de segurança laminado no para-brisa de todos os veículos e de vidro de segurança temperado, uniformemente protendido, ou laminado, nas demais partes envidraçadas. Sobre as áreas envidraçadas dos veículos, marque a alternativa correta.

- (A) É proibida a manutenção de películas com bolhas no vidro traseiro do veículo.
- (B) É vedado o uso de painéis luminosos que reproduzam mensagens dinâmicas ou estáticas nos para-brisas dianteiros dos automóveis.
- (C) É permitido trinca não superior a 40 centímetros de comprimento, nos ônibus, na área crítica de visão do condutor.
- (D) É permitida a aplicação de películas refletivas nas áreas envidraçadas do veículo, exceto no para-brisa dianteiro.

74. As áreas destinadas ao estacionamento específico regulamentado, em via pública aberta à circulação, devem ser estabelecidas e regulamentadas pelo órgão ou entidade executiva de trânsito com circunscrição sobre a via; porém, a Resolução nº 965, de 2022, definiu quais áreas de estacionamentos específicos podem ser implantadas em via pública. Marque a opção que contenha uma área de estacionamento específico que **NÃO** está prevista na Resolução nº 965, de 2022.

- (A) Para a operação de carga e descarga.
- (B) Rotativo.
- (C) De curta duração.
- (D) De veículo oficial.

75. Sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional brasileiro, é **CORRETO** afirmar que a PIV deve:

- (A) possuir com uma faixa na cor azul na margem inferior.
- (B) conter ao lado esquerdo o logotipo do MERCOSUL.
- (C) conter ao lado direito a Bandeira do Estado de registro do veículo.
- (D) ser revestida, em seu anverso, de película não refletiva, transparente.

76. O Agente da Autoridade de Trânsito deve priorizar suas ações no sentido de coibir a prática das infrações de trânsito, devendo tratar a todos com urbanidade e respeito, sem, contudo, omitir-se das providências que a lei lhe determina. Logo, ao constatar o cometimento da infração, deverá:

- (A) aplicar a multa e as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.
- (B) remover o veículo quando não for possível sanar a falha no local da infração.
- (C) apreender o veículo não sendo efetuada a regularização no prazo determinado.
- (D) lavrar o respectivo auto e adotar as medidas administrativas e penais cabíveis.

77. Ao realizar um patrulhamento viário de rotina, com o objetivo de garantir a segurança viária, os Agentes de Trânsito da AMC flagram um veículo avançando o sinal vermelho do semáforo. Ao realizarem o acompanhamento com a viatura, o mesmo veículo avança os sinais vermelhos dos semáforos de outros três cruzamentos consecutivos, totalizando quatro infrações iguais, relativas ao avanço de sinal vermelho do semáforo, regulamentada no artigo 208, do CTB, lavradas pelos Agentes. De acordo com o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, os autos foram lavrados com base na definição de infrações:

- (A) continuadas.
- (B) concomitantes.
- (C) sucessivas.
- (D) concorrentes.

78. A fiscalização por videomonitoramento flagrou um veículo ultrapassando outro veículo pelo acostamento, tendo transitado pelo acostamento para realizar a manobra. Durante a lavratura do auto de infração de trânsito (AIT), o Agente de Trânsito identificou duas condutas infracionais, a primeira foi o fato de o veículo ultrapassar outro veículo pelo acostamento (art. 202, do CTB) e a segunda, a prática da infração de transitar com o veículo pelo acostamento (art. 193, do CTB), tendo lavrado apenas 01 (um) AIT, relativo à infração de ultrapassar pelo acostamento. O Agente não lavrou o segundo AIT, referente à infração do artigo 193, do CTB, com base na definição de infrações:

- (A) continuadas.
- (B) concomitantes.
- (C) sucessivas.
- (D) concorrentes.

79. A remoção do veículo tem por finalidade restabelecer as condições de segurança e fluidez da via ou garantir a boa ordem administrativa. Escreva V ou F, conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirmar nos itens abaixo.

() Quando a irregularidade puder ser sanada no local onde for constatada a infração, o veículo será liberado tão logo seja regularizada a situação.

() Na impossibilidade de sanar a irregularidade no local da infração, desde que o veículo ofereça condições de segurança para circulação e esteja devidamente licenciado, poderá ser retirado por condutor regularmente habilitado.

() Quando a irregularidade não for sanada, não se apresentar o condutor regularmente habilitado e o veículo não reunir condições para transitar com segurança, o veículo será removido.

() O veículo será removido ao depósito quando o veículo não estiver devidamente registrado e licenciado, ou quando necessário o atendimento à boa ordem administrativa.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, F.

80. O pelotão de motociclistas batedores da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania de Fortaleza (AMC), quando convocados para realizarem o serviço de escolta de autoridades, precisam fazer uso das prerrogativas de livre circulação, devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação intermitente. Assim, os veículos precedidos de batedores, respeitadas as demais normas de circulação, terão na via e no cruzamento:

- (A) prioridade de passagem.
- (B) predileção de passagem.
- (C) precedência de passagem.
- (D) preferência de passagem.